

Heterogeneidade e desigualdade na agricultura familiar nordestina: um recorte a partir da classificação do Pronaf na safra 2006/2007

Resultado de investigação finalizada
GT 05: **Desenvolvimento rural, globalização e crise**

Aldenôr Gomes da Silva¹
Fernando Bastos Costa²

RESUMO

A modernização da agricultura trouxe uma séria de mudanças no rural brasileiro em geral e no Nordeste em particular, onde convivem espaços modernos de altíssimo nível tecnológico com outros de intensa pobreza. O Pronaf, ao tempo em que intensificou um retorno do estado à regulação do rural, teve o propósito de resgatar a agricultura familiar do ambiente de exclusão que foi submetida durante a modernização da agricultura, corrigindo falhas do mercado de crédito, para assegurar a este grupo social condições adequadas à sua inserção no mercado de produtos. Esse trabalho faz um recorte, ao nível da Região Nordeste, buscando confrontar os dados do Censo de 2006. A análise do comportamento das diferentes categorias de agricultores familiares nordestinos reflete a dinâmica produtiva de um subgrupo minoritário de agricultores pronafianos (C e D) em detrimento de um contingente significativo de agricultores familiares pronafianos do Grupo B.

Palavras Chaves: Agricultores Familiares – Pronaf – Censo Agropecuário

INTRODUÇÃO

A modernização da agricultura trouxe uma séria de mudanças no rural brasileiro em geral e no Nordeste em particular, onde convivem espaços modernos de altíssimo nível tecnológico com outros de intensa pobreza. O Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), ao tempo em que intensificou um retorno do Estado à regulação do rural, teve o propósito de resgatar a agricultura familiar do ambiente de exclusão que foi submetida durante a modernização da agricultura, corrigindo falhas do mercado de crédito, para assegurar a este grupo social condições adequadas à sua inserção no mercado de produtos. Segundo Buainain e Dedecca (2008, p. 20), a criação desse programa “colocou a agricultura familiar na agenda da política pública e certamente passou a absorver atenção e energia de parte dos movimentos sociais ligados ao campo”, o que, juntamente com a valorização da discussão da reforma agrária, restringiu o espaço da discussão do mercado de trabalho na agenda da política pública brasileira nos anos 1990.

Sabe-se, contudo, que a modernização das atividades no rural brasileiro, não teve seu impacto apenas na mudança da base agrícola com seus impactos na relação homem/natureza e na exclusão de parte considerável de agricultores ‘menos eficientes’. Ao tornar inquestionável a indispensabilidade do crédito rural como veículo dessa modernização, o Estado brasileiro, além de fortalecer um ambiente institucional forjado pelo sistema financeiro, voltado apenas para viabilizar a grande propriedade,

¹ Engº Agrº, Dr. Econômica Aplicada IE/Unicamp, PPVNS - Capes/UFCG. aldenor@ufrnet.br.

² Economista, Dr. em ciências sociais, professor efetivo do Programa de Pós Graduação em Estudos Urbanos e Regionais – PPEUR/UFRN e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – PGCS/UFRN. fbastos@ufrnet.br.

tornou inviável políticas agrárias adequadas para que uma reestruturação fundiária que pudesse corrigir essas distorções também do mercado de terras.

As transformações que se operaram rapidamente no espaço rural brasileiro, fruto principalmente de uma relação permanente com uma sociedade em movimento crescente de sua base informacional, agravado ainda pelo rápido e desorganizado processo de urbanização e de metropolização, encontraram esse espaço, salvo particulares exceções, completamente despreparados para atender as crescentes demandas e em condições adequadas para inserção de sua população no referencial de progresso que se impunha.

Dessa forma, se já não bastasse a perda de espaço em definitivo para uma agricultura institucionalmente mais eficiente, mormente frente aos meios com que se estabeleceram, os agricultores familiares encontram-se frente a um grande dilema: como não ser um ator apenas coadjuvante num processo de adequação que se impõe ao campo, para além de sua condição de produtor agropecuário? Na medida em que as cidades cercam os campos (MORAES, et alii, 2008), que espaço ainda lhes resta?

O rural hoje é um espaço impregnado de diferentes atores, sejam novos agricultores empreendedores com raízes em formas de gestão a partir dos modelos de sucesso praticado nas cidades – os neorurais (GIULIANI, 1990), um sem número de organizações não governamentais comprometidas com assistência técnica e com organização das famílias rurais, movimentos sociais de diferentes perfis e diversas empresas privadas, com dispares interesses que vão além do setorial. Isto está diretamente correlacionado com a crescente multifuncionalidade do meio rural, que o credencia, por exemplo, para a produção de energia alternativa cada vez mais voraz no aporte tecnológico sem avaliação de suas consequências sobre a população rural. Somam-se a tudo isso, serviços de lazer e de entretenimento demandado por pessoas cada vez mais impactadas pelo stress da vida urbana. Todas essas intervenções resultam em diferentes movimentos com inúmeros conflitos de interesse, muitos partindo de setores muito organizados e capitalizados o suficiente para impor suas condições localmente e gerar necessidades de compromissos institucionais relevantes.

Nesse contexto, o agricultor familiar representa apenas mais um novo ator que politicamente se posiciona, ou deveria posicionar-se, no sentido de exigir seus direitos, inclusive o de demandar serviços de transferência de tecnologia, para cujo propósito pretende contar também com serviços financeiros, cujo padrão condiciona o emprego de meios de produção adequados, mormente aqueles concernentes às novas práticas que lhes são impostas.

Nesse sentido, a mesma sociedade que impõe demandas, oferece oportunidades de ocupação não agrícolas, muitas de forma precária, mas ainda relevante para diferentes membros da família rural, atraídos pelas luzes do progresso, mormente pelas oportunidades de acesso aos benefícios do progresso, mesmo que transportado em comboios de terceira classe. Por decorrência, as preocupações do rural ficam cada vez mais dependentes dos redobrados esforços da população de mais idade, tendo em vista que os jovens rurais são os mais atraídos por esse canto de sereia.

Por outro lado é importante refletir sobre a relevância que os sistemas de produção possuem para a vida das pessoas, pois, além de uma fonte de renda, essas atividades estão também impregnadas de cultura e de saber que se singularizam na vida das pessoas. Significa que as atividades não são apenas objeto de promoção econômica, mesmo que sendo indispensáveis. Elas explicam também como se estabelecem as relações de poder dentro e fora das famílias, os movimentos de *status* na comunidade, etc. O problema é que, em se tratando do Brasil, por razões históricas, as atividades econômicas se autonomizaram, definindo espaços de controle sociopolítico individual e coletivo, as possibilidades de uso dos recursos naturais e estabelecendo acordos nacionais, assumidos enquanto questões nacionais, que mudaram a trajetória da vida nacional. O urbano, tal qual o rural, finda também

envolvido nesse enredo e em outros mais, que o qualificam para constituir-se de objeto de realização para parte significativa das famílias rurais.

Tendo como pressuposto que a questão do financiamento rural é fundamental às mudanças que se operam na base agrícola, esse trabalho faz um recorte ao nível da Região Nordeste buscando confrontar os dados do Censo de 2006 referentes a essa região. Metodologicamente os estabelecimentos familiares serão divididos em dois subgrupos: o primeiro, composto dos estabelecimentos enquadrados nas diferentes categorias (A, B, C, D e E) do Pronaf, será chamado de Pronafianos. O segundo subgrupo constará dos agricultores familiares Não-Pronafianos que receberá essa mesma denominação. Essa divisão nos possibilitará além da comparação entre os dois subgrupos, analisar a heterogeneidade e níveis de desigualdade entre os agricultores familiares pronafianos.

1. Agricultores Familiares como atores socioeconômicos e políticos

Inúmeros textos e obras completas têm sido produzidos sobre o rural brasileiro e cada leitura que é feita nos faz suspeitar que esta se criando no imaginário popular e na academia, um grupo social de características quase homogenea, como se esse grupo tal qual foi concebido institucionalmente, pudesse adequar-se a um certo modelo de agricultor, mix de um *farmer* e um tipo chayanoviano, como afirma Claus German (2002). No primeiro caso, o seu tipo puro seria representado por um agricultor empreendedor capitalista, com controle efetivo sobre seus meios de produção e total ou parcialmente integrado ao mercado. O segundo estaria afeto ao grupo social clássico dos camponeses europeus, que em seu tipo puro teve Alexander Chayanov como seu clássico estudioso a partir dos *mirs* russos: um agricultor integrado em uma organização social voltada em seu processo de reprodução familiar para um sistema de produção em que se privilegiasse o trabalho e a família, em detrimento do retorno do capital.

Nas duas situações, os problemas de controle sobre os meios de produção eram de pouca relevância, comparando com o caso brasileiro, em que a impossibilidade de uma reforma agrária, dado a natureza do ambiente político institucional para isso, tornou a maioria dos agricultores órfãos do principal fator de produção: a terra. As condições impostas na construção da nação consolidaram essa situação, quando a própria abolição da escravatura torna o escravo cativo das condições institucionais de acesso à terra. Isto porque, nos marcos legais que fundaram a ideia de mercantilização da terra, em 1850 (Lei de terras), estavam contidos os novos grilhões que tornaria o futuro ex-cativo, num cliente permanente dos favores de um 'novo senhor', a quem deveria prestar obediência em troca de sua sobrevivência, reproduzida nas formas precárias de relações de trabalho e de moradia sob condição: a parceria, o cambão e outras formas intermediárias.

O agricultor familiar, expressão utilizada inicialmente no final dos anos 80, para caracterizar um determinado tipo de agricultor historicamente excluído da modernização, produto das falhas do mercado financeiro e de limitações estruturais que o poria sempre na retaguarda da reprodução capitalista do campo. Esse sujeito político na trajetória de sua institucionalização pelo estado brasileiro, ainda teria incorporado em seu *script* a condição de camponês, categoria que já fazia parte dos movimentos reivindicatórios no campo, desde os anos 50/60 do século XX. Ademais que, nesse trajeto, lhes coube absorver também certo aporte de capacidade empreendedora, próprio dos *farmers*, pelo menos na expectativa dos que conceberam o Pronaf em suas diversas modalidades e outros programas direcionados a esse grupo – PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e mais recentemente, o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar). Curiosamente, essa presumível capacidade de empreender, seria o passaporte para a promoção desse sujeito, transformando-o em indivíduo autônomo, com acesso as liberdades fundamentais para uma condição cidadã, tal qual preconizava Amartya Sen (2000).

O problema é que a política pública a quem caberia produzir esse milagre de transformação – o Pronaf, não conseguiu reproduzir em sua concepção, para além da renda das famílias, as marcantes diferenças de que são portadores seus reais representantes no campo, fato comprovado nas diversas falhas de implementação durante mais de 15 anos, apesar das mudanças efetivadas em seus marcos legais e dos inegáveis casos de sucesso observados.

O sucesso e o fracasso do Pronaf, ao tempo que é justificado por movimentos sociais, mediadores e parte bastante significativa de acadêmicos, vem sendo contestado por outros estudiosos, que creditam essas situações díspares à natureza ambígua de sua construção, com base em conceitos imprecisos e inadequados de seu ‘único’ beneficiário: o agricultor familiar (NAVARRO & PEDROSO, 2011).

2. Heterogeneidade e desigualdade na agricultura familiar nordestina: um recorte a partir da classificação do Pronaf na safra 2006/2007

Conforme já pôde se observar em outros trabalhos que trataram da separação entre agricultura familiar e não-familiar no Censo Agropecuário 2006 (AQUINO, J. coord. et alii, 2012; KAGEYAMA, A. et alii, 2011; FRANÇA, et alii, 2009; BOLLIGER e OLIVEIRA, 2010) a esmagadora maioria (84,4%) de estabelecimentos agropecuários classificados com familiares guardam uma grande heterogeneidade e desigualdade internamente a esse segmento. O desvendar dessas diferenças faz-se mister diante da grande euforia que se instalou frente a tão expressiva presença da agricultura familiar em apenas 24,2% de área total dos estabelecimentos agropecuários, ocupando 81,7% do pessoal ocupado (ou equivalente-homem de 77,3%) e participação de 52% no valor total da produção. A tudo isso se acrescenta as especificidades desse setor inter e intrarregional o que aguçava a necessidade de se detalhar algumas inferências dessa agricultura familiar brasileira.

A análise do comportamento dessas diferentes categorias de agricultores familiares nordestinos tem como pano de fundo a hipótese de que as vantagens da agricultura familiar registradas nos dados do censo de 2006 escondem muito mais do que explicam a real natureza e potencial desse segmento. Ou, em outras palavras, os dados do censo 2006 refletem a dinâmica produtiva de um subgrupo minoritários de agricultores pronafianos do tipo D e E, somados ao desempenho de um outro minúsculo subgrupo, os agricultores familiares não-pronafianos. Em termos quantitativos (Tabela 1) estes dois subgrupos representam, conjuntamente, apenas 7,73% dos estabelecimentos, detêm 16,66% da área total, ocupam apenas 9,61% do pessoal ocupado (Tabela 3) mas, tem uma significativa participação de quase 60% no valor bruto da produção da agricultura familiar nordestina (Tabela 4). Nesse sentido, esses dois subgrupos (Pronafianos D e E e Não-Pronafianos) constituem-se numa “elite” produtiva entre os agricultores familiares nordestinos por serem em menor número, ocuparem pouca terra (provavelmente as mais férteis), empregarem pouca mão-de-obra, mas produzem a maior parte do VBP.

Por outro lado, destaque-se ainda na Tabela 1, o comportamento diferenciado e bem equilibrado, proporcionalmente, dos agricultores familiares assentados (Pronafianos A): representam 9,70% dos estabelecimentos, são detentores de 12,23% da área total dos estabelecimentos familiares, participam com 13,13% do valor bruto da produção (Tabela 4) e ocupam 10,44% das pessoas ocupadas nos estabelecimentos da agricultura familiar nordestina (Tabela 3). Comportamento semelhante apresentam os pronafianos do grupo C: são 10,89% dos estabelecimentos familiares, são detentores de 20,94% da área total dos estabelecimentos, ocupam 13,41% das pessoas ocupadas e participam de 15,61% do VBC. Essas duas categorias de agricultores familiares pronafianos parecem responder mais equilibradamente aos estímulos de uma política de financiamento da produção e que associam elevação da base técnica com maior absorção de mão-de-obra.

Nesse sentido, a tão propalada produção dos estabelecimentos familiares na Região Nordeste deixa de fora um contingente significativo de agricultores familiares, pronafricanos do B, que são 71,69% dos estabelecimentos e 65,4% da área total do segmento – Tabela 1. Esses pequenos produtores além de apresentar uma produção insuficiente para manter, ao menos, seu contingente familiar (contribuem apenas com 24,69 do valor da produção – Tabela 4), ainda têm que ocupar todos os membros que compartilham do mesmo núcleo familiar, ou que comungam da alimentação oriunda do mesmo fogão, o que o torna responsável por cerca de 70% das pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários do tipo familiar – Tabela 3. Esse segmento, além de ficar à margem das benesses da política pública de financiamento rural idealizada e gestada com a participação das instancias sindicais que o representam, ver-se impossibilitado de assumir o modelo agrícola produtivista via a disseminação do pacote tecnológico do agronegócio, por características internas dessas unidades de produção. Esse pacote tecnológico que deu suporte a modernização da agricultura, com todos os problemas econômicos, sociais, tecnológicos e ambientais que acarretou, ainda parece ser o responsável pela dinâmica produtiva dos agricultores familiares D e E e Não-Pronafianos, os mais capitalizados e que, verdadeiramente, estão apresentando algum resultado produtivo, conforme consta na Tabela 4, sendo responsáveis por 85,31% do valor bruto da produção gerada por todos os segmentos familiares nordestinos. Isso sem nos ater aos inúmeros problemas financeiros que esses agricultores familiares, adeptos de pacotes tecnológicos, estão sujeitos tais como um crescente endividamento e a sujeição a velha “tesoura de preços”.

Os dados da Tabela 2 reforçam essas análises quando se contata que, aparentemente, o fator acesso à terra não é um grande diferencial. Observe-se que todos os tipos de agricultores, quer sejam os Mais Pobres, Intermediários ou Mais capitalizados têm em torno de 80% dos seus estabelecimentos nos Grupos de Área Total de até 50 hectares. Destacam-se os do tipo A, que são 88%, por motivos óbvios de delimitação de área nos Projetos de Assentamento. É claro que esses dados nos remetem à discussão do “tipo de área” que ocupam esses diferentes segmentos da Agricultura Familiar nordestina. Acredita-se que os Mais Capitalizados (D, E e Não Pronafianos) sejam detentores de solos mais férteis com água e mais bem localizados, comparativamente aos dos demais segmentos da agricultura familiar, o que explica seus ganhos de produtividade e respostas mais favoráveis à aplicação de insumos produtivos. Para termos respostas mais precisa com referência a esses fatores, fazem-se necessários estudos mais detalhados e abrangentes nessas unidades produtivas.

Outro agravante desfavorável aos segmentos familiares pronafricanos mais pobres, é que são os que apresentam um menor porcentual de receita proveniente da atividade agropecuária (Tabela 5). Enquanto os Pronafianos do tipo B contabilizam da atividade agropecuária apenas cerca de 25% da receita obtida, os segmentos D, E e os Não-Pronafianos apresentam uma receita agropecuária acima de 90%. Como era de se esperar, o percentual auferido pelos familiares assentados (Pronafianos do tipo A) está acima dos 85%, situando-se para além dos segmentos mais pobres e os do tipo C. De qualquer forma, mesmo nesse segmento, o percentual da receita classificado como “outras receitas” ainda é bastante significativo (14,63%).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora o Censo Agropecuário 2006 tenha registrado uma esmagadora maioria (84,4%) de estabelecimentos agropecuários classificados como familiares, mostrou que há uma grande heterogeneidade e desigualdade internamente a esse mesmo segmento.

Diversos problemas estruturais findam determinando um perfil bastante heterogêneo para esse grupo social, particularmente no Nordeste, onde a combinação entre o controle parcial dos meios de produção e as limitações do meio físico impõe aos agricultores, potencialmente pronafricanos,

dificuldades particulares para constituir-se de ator principal dessas expectativas de mudança. Em trabalho recente, Bonain e Dedeca (2008, p.37), apontam que essa região, “sistematicamente apresenta as menores remunerações, sabendo-se também que sua base produtiva é aquela de menor desempenho produtivo e tecnológico. [Enfatizando, contudo, que] Mesmo assim, não se pode dizer que exista um diferencial estável entre a remuneração da região, comparativamente àquelas das demais nas diversas classes de atividade econômica”.

Em síntese, pode-se afirmar que a relevância do Pronaf enquanto instrumento para reduzir as desigualdades entre os diferentes produtores rurais familiares, não vem se efetivando. Muito pelo contrário, o que se observou com a análise dos dados, intra regionalmente, é que o Pronaf vem reproduzindo um perverso processo de concentração de recursos entre os menores e mais pobres produtores pronafianos.

O fato é que, a ausência de uma ação política articulada de atuação no campo, que conduza a equalização de acesso nos vários campos da atividade humana, promovendo ascensão aos bens e serviços públicos substantivos, vem limitando, quando não bloqueando a inserção autônoma do agricultor familiar, mormente os estão submetidos ao controle parcial dos meios de produção, os mais pobres. Nesse particular, a questão do acesso à terra e suas consequências para correção das imperfeições no mercado de serviços necessários aos desenvolvimento de suas atividades, cada vez mais aprisiona esse agricultor ao ditames do ambiente institucional prevalecente, inadequado às expectativas que a sociedade impõe a esse grupo social, principalmente os que ainda sobrevivem no Nordeste.

REFERÊNCIAS

AQUINO, J.R. (coord.) et alli, 2012. Caracterização do Público Potencial do Pronaf “B” na Região Nordeste e no Estado de Minas Gerais: Uma análise baseada no Censo Agropecuário 2006 (Relatório Final). Porto Alegre (RS): janeiro de 2012.

BOLLIGER, F. P.; OLIVEIRA, O. C. Brazilian agriculture: a changing structure. Paper prepared to the Agricultural & Applied Economics Association's, AAEA, Caes & WAEA Joint Annual Meeting. Denver, 25-27 jul. 2010.

BRASIL. IBGE. Censo Agropecuário 2006 (“tabulação especial” realizada pelo IBGE/MDA).

BUAINAIN, A. M.; DEDECCA, C. S. (Coords.), Emprego e Trabalho na Agricultura Brasileira Brasília: IICA, 2008. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v.9)

GIULIANI, Gian Mario. Neo-Ruralismo: o novo estilo dos velhos modelos. RBCS, São Paulo, v. 5, n. 14, p.59-67, out. 1990.

FRANÇA, C. G.; DEL GROSSI, M.E.; MARQUES, V.P.M.A. 2009. xa.yimg.com/kq/groups/21088855/447395038/name/A%2Bagric....

KAGEYAMA, A.; BERGAMASCO, S. M. P. ; OLIVEIRA, J. A. Uma tipologia dos estabelecimentos no Censo Agropecuário de 2006. In: V Jornada de Estudos em Assentamentos rurais, 2011, Campinas. V Jornada de Estudos em Assentamentos rurais, 2011.

MORAES, R.C.; ÁRABE, C.H.G.; SILVA, M.P. (Orgs.). As cidades cercam os campos: estudos sobre o projeto nacional e desenvolvimento agrário na era da economia globalizada. São Paulo: UNESP, Brasília, DF.: NEAD, 2008.

NAVARRO, Z.; PEDROSO, M.T.M. Agricultura familiar: é preciso mudar para avançar. Brasília-DF: Embrapa, 2011 (Texto para Discussão 42).

ANEXOS

Tabela 1 - Número de estabelecimentos agropecuários e área total dos diferentes tipos de agricultores familiares da região Nordeste – 2006

Categoria	Estabelecimentos			Área Total			
	Número	%	Acu.	Número	%	Acu.	
PRO	A	212.091	9,70	9,70	3.463.978	12,23	12,23
NA	B	1.567.863	71,69	81,39	15.052.326	53,16	65,39
FI	C	238.209	10,89	92,28	5.929.163	20,94	86,33
A	D	45.698	2,09	94,37	1.229.577	4,34	90,67
NOS	E	11.072	0,51	94,88	294.844	1,04	91,71
NÃO PRONAFIANOS		112.198	5,13	100,01	2.345.164	8,28	99,99
TOTAL FAMILIAR		2.187.131	100,00	-	28.315.052	100,00	-

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (“tabulação especial” realizada pelo IBGE/MDA).
Elaboração: Projeto IPEA/PGDR 2010/2011.

Tabela 2 – Estratificação por grupos de área total (em hectares) dos estabelecimentos da agricultura familiar da região Nordeste – 2006.

Grupos de área total (ha)	Agricultores Familiares														
	Mais Pobres						Intermediários			Mais Capitalizados					
	A			B			C			D	E	N-Pronaf	D+E+Ñ-Pronaf		
	N	%	Acu	N	%	Acu	N	%	Acu	N	N	N	N	%	Acu
Até 1/2	12.816	6	6	184.407	12	12	7.851	3	3	1.286	251	11.610	13.147	7,8	7,8
1/2 a 1	14.135	7	13	177.268	11	23	10.509	4	8	2.905	626	9.226	12.757	7,5	15,3
1 a 2	19.893	9	22	244.513	16	39	19.313	8	16	4.988	1.452	12.710	19.150	11,3	26,7
2 a 3	11.963	6	28	139.791	9	48	14.924	6	22	3.151	930	7.565	11.646	6,9	33,6
3 a 4	12.394	6	34	102.443	7	54	14.407	6	28	2.623	784	6.133	9.540	5,6	39,2
4 a 5	9.387	4	38	65.186	4	58	10.137	4	32	1.709	424	4.214	6.347	3,8	43,0
5 a 10	31.326	15	53	165.855	11	69	32.266	14	46	5.137	1.185	12.216	18.538	11,0	53,9
10 a 20	29.794	14	67	138.055	9	78	35.718	15	61	6.496	1.312	11.888	19.696	11,7	65,6
20 a 50	44.807	21	88	132.183	8	86	44.974	19	80	8.177	2.049	15.420	25.646	15,2	80,8
50 a 100	10.264	5	93	52.172	3	89	24.061	10	90	4.639	1.154	8.925	14.718	8,7	89,5
100 e mais	3.464	2	94	23.171	1	91	13.653	6	96	3.266	747	6.143	10.156	6,0	95,5
Prod s/ área	11.848	6	100	142.819	9	100	10.396	4	100	1.321	158	6.148	7.627	4,5	100,0
Total	212.091	100		1.567.863	100		238.209	100		45.698	11.072	112.198	168.968	100,0	

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (“tabulação especial” realizada pelo IBGE/MDA).
Elaboração: Projeto IPEA/PGDR 2010/2011.

Tabela 3 – Número de pessoas ocupadas nos estabelecimentos da agricultura familiar da região Nordeste – 2006

Categorias		Pessoal Ocupado	%	Acu.
PRO NA FI A NOS	A	664.620	10,44	10,44
	B	4.235.682	66,54	76,98
	C	853.428	13,41	90,39
	D	169.729	2,67	93,06
	E	41.188	0,65	93,71
NÃO PRONAFIANOS		400.604	6,29	100,00
TOTAL FAMILIAR		6.365.251	100,00	

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (“tabulação especial” realizada pelo IBGE).
Elaboração: Projeto IPEA/PGDR 2010/2011.

Tabela 4 – Participação dos distintos grupos no Valor Bruto da Produção (VBP) da agricultura familiar nordestina – 2006

Tipos de Agricultura		Valor Bruto da Produção (R\$ 1,00)	%	
PRO NA FI A NOS	A	1.759.582.709	13,13	13,13
	B	1.548.862.401	11,56	24,69
	C	2.091.962.543	15,61	40,30
	D	1.527.537.477	11,40	51,70
	E	734.392.749	5,48	57,18
NÃO PRONAFIANOS		5.740.825.563	42,83	100,01
TOTAL FAMILIAR		13.403.163.443	100,00	

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (“tabulação especial” realizada pelo IBGE).
Elaboração: Projeto IPEA/PGDR 2010/2011.

Tabela 5 - Receitas (em R\$ 1,00) obtidas pelos agricultores familiares da região Nordeste – 2006

Tipos de Agricultura		Receita Total	Receita Agropecuária	%	Outras Receitas (*)	%
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)
PRO NA FI A NOS	A	1.495.504.441	1.276.700.952	85,37	218.803.489	14,63
	B	2.937.255.096	727.610.845	24,77	2.209.644.251	75,23
	C	1.724.521.416	1.342.805.500	77,87	381.715.916	22,13
	D	908.352.859	842.009.607	92,70	66.343.252	7,30
	E	362.765.471	347.884.798	95,90	14.880.673	4,10
NÃO PRONAFIANOS		5.014.310.944	4.574.668.808	91,23	439.642.136	8,77
TOTAL FAMILIAR		12.442.710.227	9.111.680.510	73,23	3.331.029.717	26,77

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (“tabulação especial” realizada pelo IBGE/MDA).

Elaboração: Projeto IPEA/PGDR 2010/2011.

(*) As “outras receitas” contabilizadas pelo Censo 2006 são: aposentadorias e pensões, salários obtidos em atividades fora do estabelecimento, doações ou ajudas, programas sociais do governo e desinvestimentos.